

PARTIDO
LIBERAL SOCIAL
AUTÁRQUICAS 2025



PROGRAMA ELEITORAL



VILA NOVA DE GAIA

AGENTES DE MUDANÇA

PARTIDO
LIBERAL SOCIAL

WWW.PARTIDOLIBERALSOCIAL.PT

DESCENTRALIZAÇÃO

Queremos um país em que cada município seja mais autónomo, mais responsável e mais próximo dos cidadãos.

Queremos cidades que cuidem da sua gente, que criem condições para a prosperidade e que respeitem a liberdade de todos.

Queremos um Portugal em que descentralização signifique mais democracia, mais participação e mais confiança.



ÍNDICE

01

INTRODUÇÃO

02

DESCENTRALIZAÇÃO

03

PROGRAMA VILA NOVA DE GAIA

04

MUNICIPALISMO

05

PARTIDO LIBERAL SOCIAL



INTRODUÇÃO

Somos um partido reconhecido há apenas 6 meses, pelo Tribunal Constitucional, em 11 de março de 2025, mas profundamente convicto de que a nossa juventude é uma vantagem.

A participação nestas eleições é um marco essencial para o Partido Liberal Social, não apenas pela oportunidade de apresentarmos as nossas propostas, mas sobretudo por acreditarmos que **é urgente renovar o municipalismo em Portugal apostando na descentralização clara de poderes e verbas.**

Portugal é hoje um país que, apesar da sua riqueza histórica, cultural e humana, permanece prisioneiro de um modelo centralista e burocrático que limita a vitalidade das comunidades locais. O Estado concentra demasiado poder em Lisboa, decide de forma distante e lenta, e condiciona a capacidade das autarquias responderem aos problemas concretos das pessoas.

O resultado é visível: desigualdades regionais persistentes, dependência excessiva das transferências centrais, falta de autonomia para inovar, e uma desconfiança crescente dos cidadãos em relação às instituições democráticas.

O Partido Liberal Social nasce com a convicção de que a transformação de Portugal tem de começar pela base: pelos municípios, pelas freguesias, pelas comunidades locais. Acreditamos que só um poder político próximo das pessoas, transparente, responsável e autónomo pode criar soluções eficazes para os desafios do século XXI. O municipalismo não é apenas uma forma de administração territorial; é, para nós, uma filosofia de democracia viva, que devolve às pessoas a possibilidade de moldar o seu futuro.

Por isso, apresentamos este programa autárquico com uma perspectiva dupla. Por um lado, é um programa geral de visão municipalista, aplicável a qualquer autarquia que queira assumir uma governação liberal social — centrada na liberdade individual e na responsabilidade comunitária.

Por outro lado, é também um programa concreto para o concelho de **Vila Nova de Gaia.**

PARTIDO LIBERAL SOCIAL AUTÁRQUICAS 2025



A nossas candidaturas nestas autárquicas são ao Porto e a Gaia, não como um gesto simbólico, mas sim estratégico. Estes municípios partilham problemas estruturais: mobilidade caótica, pressão sobre a habitação, desigualdades sociais, degradação ambiental, mas também oportunidades únicas: dinamismo económico, juventude empreendedora, localização atlântica privilegiada. **Aqui, mais do que em qualquer outro lugar, é evidente que a cooperação metropolitana, a descentralização e a inovação política podem transformar a vida dos cidadãos.** Queremos que o **Porto e Gaia** sejam laboratórios vivos de um novo modelo de governação: mais próximo, mais ágil, mais livre e mais justo.

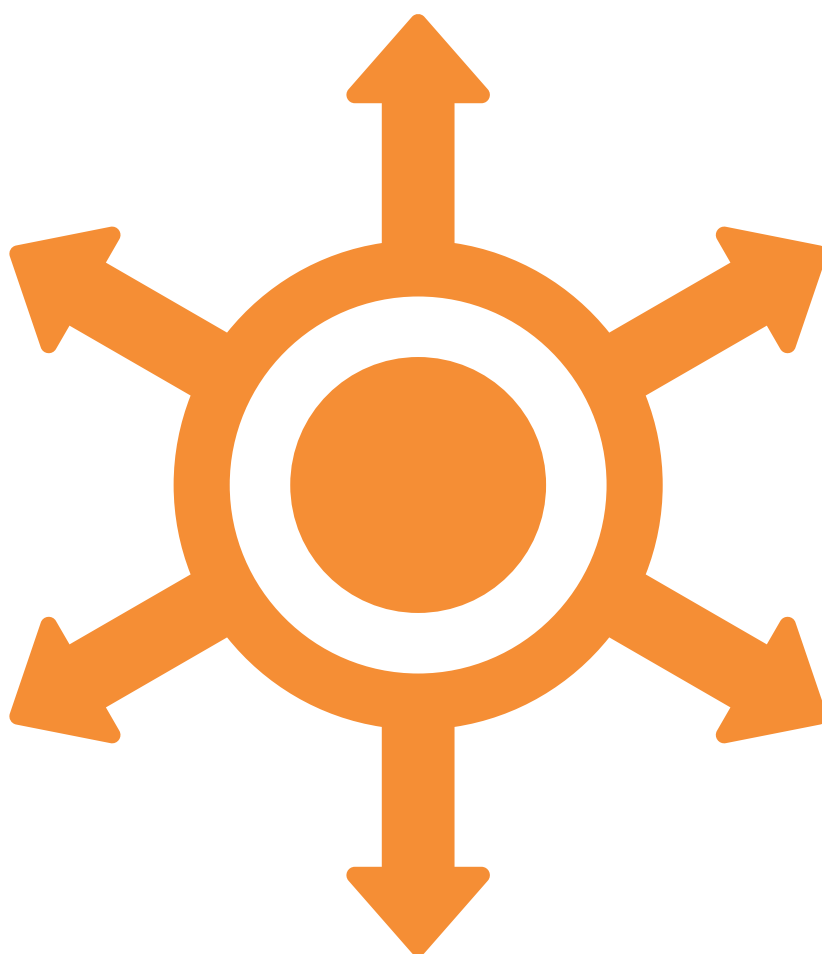
O PLS defende um caminho de reforma que alia o espírito de liberdade à exigência de responsabilidade. Ser liberal social significa acreditar na capacidade criadora das pessoas e das comunidades, ao mesmo tempo que se reconhece a necessidade de políticas públicas que promovam coesão e solidariedade.

Este programa eleitoral não pretende ser um catálogo de promessas irrealistas. É antes um guião de princípios e propostas, enraizado nos valores da liberdade, da dignidade humana e da transparência.

Queremos um país em que cada município seja mais autónomo, mais responsável e mais próximo dos cidadãos. Queremos cidades que cuidem da sua gente, que criem condições para a prosperidade e que respeitem a liberdade de todos. **Queremos um Portugal em que descentralização signifique mais democracia, mais participação e mais confiança.**

O PLS apresenta-se assim às eleições autárquicas de 2025 com a firme convicção de que o futuro começa aqui: **em Vila Nova de Gaia, nas comunidades locais que ousarem acreditar que é possível fazer diferente.**

DESCENTRALIZAÇÃO



DESCENTRALIZAÇÃO

Portugal é hoje um dos países mais centralizados da Europa e da OCDE. Estudos recentes, como o Índice de Descentralização do Comité das Regiões da União Europeia, confirmam esta realidade: **apenas cerca de 15% da despesa pública é local ou regional, quando a média da OCDE é 3 vezes superior.** Esta concentração excessiva de poder e de recursos em Lisboa bloqueia o desenvolvimento equilibrado do território, agrava as assimetrias sociais e económicas e torna o Estado menos eficiente e mais distante dos cidadãos.

As consequências são claras e sentidas no quotidiano. **O centralismo traduz-se em atrasos em obras públicas, rigidez na gestão da educação, da saúde, da habitação e dos transportes, ausência de políticas ajustadas às realidades locais e falta de meios para respostas rápidas em situações de emergência.** Mais grave ainda, este modelo afasta os cidadãos da política, alimenta a abstenção e gera um sentimento de impotência democrática.

O Partido Liberal Social defende que a descentralização é condição essencial para o desenvolvimento económico, social e democrático de Portugal.



Ser liberal social significa acreditar na liberdade de cada comunidade encontrar o seu caminho, ao mesmo tempo que se garante coesão territorial e solidariedade entre regiões. Queremos um país em que todas as regiões possam desenvolver o seu potencial, combater a desertificação do interior e criar novas oportunidades de vida, trabalho e investimento.

Os países com maior descentralização — como a Suíça, a Alemanha, os Países Baixos ou a Dinamarca — demonstram que quando os níveis locais e regionais têm recursos e autonomia conseguem responder melhor às necessidades dos cidadãos, inovar nas políticas públicas e reduzir desigualdades.

Portugal precisa de dar este passo com coragem e visão de futuro.

A descentralização implica três pilares fundamentais: Autonomia financeira, Competências claras e efetivas e Responsabilidade democrática.

Estes princípios devem traduzir-se em medidas concretas, entre as quais destacamos:

- **Reformar a Lei das Finanças Locais**, atribuindo uma percentagem muito superior da receita fiscal nacional às autarquias e regiões, com critérios transparentes e objetivos de coesão territorial;
- **Transferência efetiva de competências** em áreas como a educação, a saúde, a habitação e os transportes, acompanhadas dos recursos humanos e financeiros necessários;
- **Criação de Planos Regionais ou Intermunicipais de Desenvolvimento**, obrigatórios e participados, com metas anuais e financiamento plurianual, ligando ordenamento do território a estratégias económicas e sociais locais;
- **Definição de polos regionais de investimento**, articulados com a rede de ensino superior e com estratégias de desenvolvimento económico;
- **Cooperação metropolitana e intermunicipal** para responder a desafios comuns em áreas urbanas;
- **Deslocalização gradual de serviços do Estado central**, reforçando a relevância nacional de todos os distritos;
- **Implementação de um Índice Anual de Descentralização e Desenvolvimento Regional**, para medir resultados e prestar contas.

A descentralização é a chave para libertar o potencial das nossas cidades, vilas e freguesias. Com descentralização, abrimos caminho a um país mais livre, mais coeso e mais desenvolvido — onde a proximidade, a autonomia e a responsabilidade transformam a política numa realidade vivida no dia a dia dos cidadãos.



ÁREA METROPOLITANA DO PORTO

A Área Metropolitana do Porto: motor regional de um país mais descentralizado

A Área Metropolitana do Porto (AMP) é o segundo grande centro urbano do país e uma das regiões de maior dinamismo económico, cultural e social. Com quase dois milhões de habitantes, integra onze concelhos que partilham laços históricos, geográficos e económicos.

A sua centralidade no Norte de Portugal torna-a não apenas um polo urbano, mas também um motor de coesão territorial e desenvolvimento para toda a região.

Para o liberalismo social, a AMP deve ser encarada como uma plataforma de equilíbrio entre inovação, qualidade de vida e igualdade de oportunidades. A sua vocação industrial e empreendedora, a par de uma rede crescente de universidades, centros tecnológicos e culturais, oferece as bases para um modelo de crescimento sustentável, competitivo e aberto ao futuro.

Contudo, o país continua excessivamente centralizado em Lisboa, tanto na decisão política como na concentração de investimento público. A AMP, enquanto metrópole policêntrica e interligada ao Minho, Douro e Trás-os-Montes, pode e deve assumir um papel estratégico na descentralização nacional.

Defendemos uma governação metropolitana reforçada, com maior autonomia administrativa e financeira, capaz de planear transportes, habitação, ambiente e economia de forma integrada e eficaz.



O futuro da Área Metropolitana do Porto passa também pela valorização das ligações externas: a ligação ferroviária de alta velocidade ao norte é essencial, assim como a modernização do aeroporto Francisco Sá Carneiro e do porto de Leixões, fundamentais para a projeção internacional da região. A cooperação com a Galiza, numa lógica de euro-região, é igualmente estratégica para ampliar oportunidades económicas e culturais.

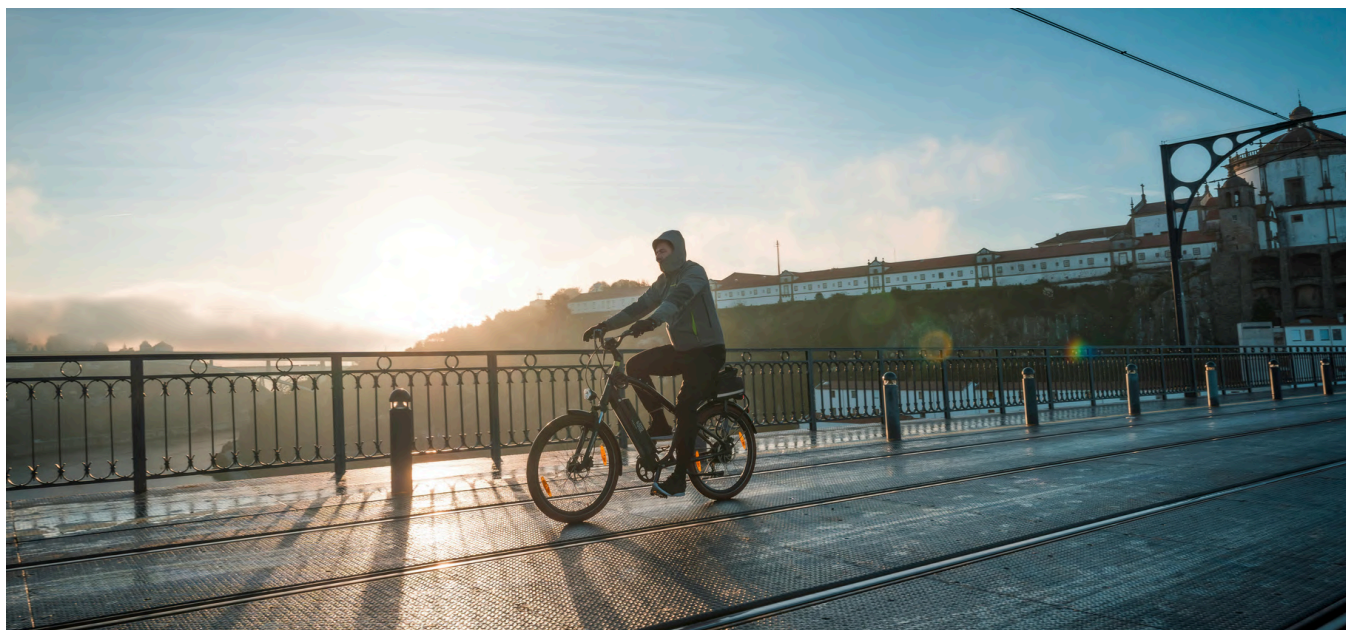
Uma visão liberal social para a AMP coloca as pessoas no centro: garantir serviços públicos de qualidade, estimular a mobilidade sustentável, apoiar a inovação empresarial, promover a cultura e reforçar a coesão territorial.

O Porto e a sua área metropolitana são um eixo essencial para um Portugal mais descentralizado, equilibrado e justo.

A Área Metropolitana do Porto é uma sub-região portuguesa situada no noroeste do país, pertencendo à região do Norte. Tem uma extensão total de 2.040 km², 1.737.395 habitantes em 2021 e uma densidade populacional de 844 habitantes por km².

Está composta por 17 municípios e 173 freguesias (208 após as autárquicas 2025), sendo a cidade do Porto a cidade administrativa e o principal núcleo urbano da sub-região. Com 231.962 habitantes na sua área urbana, é a maior cidade e o segundo maior município da Área Metropolitana do Porto, a seguir de Vila Nova de Gaia com 304.149 habitantes.

Fonte Wikipédia



VILA NOVA DE GAIA



TUDO UM MUNDO

CABEÇAS DE LISTA - VILA NOVA DE GAIA



Catarina Costa

Câmara de Vila Nova de Gaia

Talent Acquisition Manager e docente no ISAG, onde leciona Gestão de Projetos e Operações. Foi co-fundadora e Chief Learning Officer na área da agilidade organizacional, tendo desenvolvido programas executivos e academias especializadas em agilidade organizacional. É licenciada e possui um MBA Executivo pelo ISAG, bem como um Programa Executivo pela Universidade Católica de Lisboa.

Ricardo Silva

Assembleia Municipal de Vila Nova de Gaia

Arquiteto paisagista, especialista em inovação e adaptação de cidades às alterações climáticas. Com experiência profissional internacional, tendo trabalhado em vários países europeus, em contexto de consultoria, academia, setor público e organizações sem fins lucrativos.



Vila Nova de Gaia é o maior concelho da Área Metropolitana do Porto em população e território.

O seu futuro depende de uma governação próxima, eficiente e descentralizada, capaz de responder aos desafios de uma cidade em crescimento, mas também de um território diverso, que vai da frente ribeirinha e atlântica às zonas do interior.

Vemos uma Gaia amiga dos cidadãos ao oferecer qualidade de vida, na mobilidade, na habitação, na digitalização de serviços e numa atitude ecológica nos seus processos.

O Partido Liberal Social apresenta uma visão pragmática para Gaia: descentralização, transparência, rigor, sustentabilidade e aposta na mobilidade “cidade de 15min” e habitação para as pessoas.

Acreditamos que Gaia deve liderar em governança aberta, economia verde e inovação social, transformando-se num concelho de referência na Área Metropolitana do Porto e em Portugal.

5 PILARES ESTRATÉGICOS

- 1 Lutar pela descentralização com uma visão municipalista
- 2 Rever o PDM como fator estratégico
- 3 Implementar a Mobilidade de uma “cidade de 15min”
- 4 Apostar no aumento da oferta de habitação
- 5 Valorizar os resíduos urbanos para a sustentabilidade ecológica

1. Autarquia e Governança Local

- **Descentralização e Municipalismo:**

- Defender maior autonomia de Gaia, face ao poder central nas políticas públicas, como por exemplo, nas áreas de Educação, Saúde, Cultura e Transportes, em articulação com a AMP, e com avaliação transparente do impacto local.

- **Justiça de proximidade:**

- Dar maior visibilidade aos Julgados de Paz e plataformas de apoio legal.
- Apostaremos em campanhas de sensibilização e parcerias com entidades locais, para garantir que todos conhecem e acedem facilmente a estes serviços.

- **Segurança interna:**

- Analisar as competências da Polícia Municipal, e melhorar ou adequar, os planos de ação às necessidades da população.
- Investir em formação e presença reforçada em zonas críticas do concelho.

Distrito do Porto: A criminalidade geral aumentou 16% e criminalidade violenta 24% desde 2021, com furtos por carteirista sendo o crime com o maior aumento (31%) face 2023. Fonte: RASI 2024

- **Património público:**

- Realizar auditorias ao património da Câmara e Juntas, avaliando potencial utilização por serviços, ou por privados ou associações, na persecução dos objetivos da Câmara Municipal.

- **Ordenamento do território:**

- Rever urgentemente o PDM que é de 2009, e desajustado com a mais recente legislação (2015), para dar resposta às pessoas e empresas, e com flexibilidade para habitação a custos controlados, dinamismo económico, respeito por recursos naturais e sociais, e a implementação de processos de melhoria contínua, ao longo dos mandatos, para preparar futuras alterações.

- **Gestão pública:**

- Adotar um modelo de governação baseado em ética, mérito e metas mensuráveis, com disponibilização de dados abertos em portal único.
- Auditorias regulares independentes e relatórios acessíveis a todos os cidadãos.

- **Educação:**

- Criar selo "Escola do Futuro" (meta: 95% dos alunos com literacia ecológica + digital+ financeira) com parcerias com ensino superior no desenvolvimento do projeto.

- **Habitação:**

- Procurar alternativas para arrendamento seguro para os proprietários com mecanismos de garantia de arrendamento e parcerias estratégicas com cooperativas e associações locais.
- Simplificar os processos de licenciamento de construção.
- Implementar projetos de construção pública.
- Apostar nos incentivos à reabilitação pública e privada.
- Apostar na habitação intergeracional e partilhada, em articulação com o setor privado.
- Regular a oferta turística para dar previsibilidade aos investidores e equilíbrio com a oferta habitacional.
- Explorar projetos piloto, com novos métodos de construção, para projetos de habitação, por exemplo modular.

Em Gaia a renda de um apartamento de 60m2 (T1) custa 596€ (INE), para representar uma taxa de esforço recomendada de 30%, precisaria de um salário de 1990€ líquidos.

- **Saúde:**

- Colaborar e reforçar a rede de cuidados paliativos e de saúde mental, em articulação com as entidades de saúde. O reforço passará por protocolos com IPSS e unidades locais de saúde, garantindo cobertura equitativa em todas as freguesias.

- **Ciência:**

- Criar de espaços de inovação em parceria com universidades e empresas com programas municipais de investigação aplicada a desafios locais como mobilidade, energia e sustentabilidade.

- **Finanças públicas:**

- Políticas fiscais responsáveis que aliviem as famílias e promovam a competitividade económica local.
- Auditar permanentemente os programas de investimento, avaliando os recursos utilizados e o seu retorno económico e social.
- Reduzir o IMI de 0,36 para 0,30 já que em 2024 face a 2023 houve um aumento de 22% em impostos.

Dívida: Financiamentos obtidos (corrente e não corrente) 105,5M€ -> 351€ por habitante
--

- **Cibersegurança:**

- Desenvolver planos de resiliência face a ciberataques e desastres, parcerias com universidades para inovação em proteção digital e publicação de relatórios periódicos de cibersegurança.
- Apostar em planos de formação digital para funcionários e cidadãos.

2. Políticas Públicas Locais

- **Transportes e mobilidade:**

- Envolver os municípios ativamente no Plano de Mobilidade Urbana Sustentável.
- Reforçar e melhorar a rede de transportes públicos nas freguesias periféricas.
- Apostar no conceito de "cidade de 15 minutos" onde ao nível da mobilidade estejamos a 15 min de serviços ou equipamentos essenciais.
- Apostar em modos suaves como bicicletas e trotinetes.

- **Comunicações:**

- Desenvolver um plano municipal de comunicações inteligentes (smart cities).
- Incentivar a implementação de infraestruturas de telecomunicações e energia, de baixo do solo, nas novas construções.

- **Energia:**

- Acelerar requalificação energética em todos os edifícios públicos.
- Promover comunidades de energia local.
- Desenvolver programas de literacia energética para famílias.

3. Economia e Produção

- **Empresas e indústria:**
 - Simplificar administrativamente e eliminar de burocracias nos processos camarários.
 - Pensar estrategicamente as mais valias de cada freguesia, olhando por exemplo para oportunidades na enologia, turismo, indústria, economia criativa e digital.
- **Energia comunitária:**
 - Incentivar projetos de produção renovável local, comunidades de energia renováveis como os bairros solares, para cidadãos e empresas com incentivos a edifícios privados eficientes e programas de literacia energética para famílias.
- **Agricultura e floresta:**
 - Modernizar feiras e mercados municipais (10 no concelho), com digitalização e valorização de circuitos económicos curtos por exemplo relação com produtores agrícolas locais.
- **Turismo:**
 - Desenvolver uma estratégia que articule património, vinho do Porto, enoturismo, frente atlântica e turismo de natureza com roteiros temáticos e integração do turismo de natureza com a oferta cultural e gastronómica.

4. Social e Bem-Estar

- **Infância e creches:**
 - Aumentar taxa de cobertura de creches trabalhando com empresas, IPSS, associações. O reforço passará por apoios diretos às famílias e parcerias com empresas para criar creches em zonas empresariais.

- **Idosos:**
 - Promover de habitação partilhada intergeracional e novos centros de dia nas diferentes freguesias para proximidade à comunidade sénior e redução do isolamento social dos idosos com programas de voluntariado intergeracional e centros comunitários adaptados a novas necessidades.
- **Pobreza e inclusão:**
 - Reforçar os apoios a vítimas, pessoas com deficiência e população em situação de carência, com base em programas de monitorização eficazes. Incluirá monitorização digital em tempo real dos apoios sociais e avaliação de impacto de cada medida.

5. Ecologia e Sustentabilidade

- **Resíduos urbanos:**
 - Apostar na valorização dos resíduos urbanos, para aumentar taxa de reciclagem muito baixa atual de apenas de 18%, sendo que a grande maioria vai para aterro sem aproveitamento.
- **Sustentabilidade nos contratos públicos:**
 - Integrar requisitos obrigatórios de sustentabilidade ecológica nos concursos municipais. Incluirá metas anuais obrigatórias de redução de emissões e uso de materiais reciclados.
- **Água e natureza:**
 - Programar a preservação das áreas naturais de valor, priorizando a reflorestação com espécies autóctones.
 - Reduzir a perda de água pela ineficiência das infraestruturas com sensores inteligentes de deteção de fugas e campanhas de poupança junto da população.
- **Defesa dos animais:**
 - Defender programas CED (captura, esterilização, devolução) colaborando com associações no projeto PATA e com campanhas de adoção responsável e protocolos com clínicas veterinárias locais.

6. Sociedade, Cultura e Inovação

- **Participação cidadã:**
 - Promover Assembleias de Cidadãos ativos em Gaia para ouvir os seus anseios. Criação de plataformas digitais de consulta e envolvimento direto da população.
- **Inovação social:**
 - Criar espaços colaborativos de cocriação entre cidadãos, empresas e universidades para testar soluções locais com financiamento a projetos-piloto que possam ser replicados em todas freguesias.
- **Cultura:**
 - Descentralizar a cultura, criando polos em freguesias além do centro da cidade de Gaia.
 - Apostar em planos estratégicos de divulgação cultural e turística.
- **Juventude:**
 - Apoiar projetos de empreendedorismo jovem e espaços de criação digital. Reforçaremos com programas de estágios locais e apoios a startups criadas por jovens empreendedores.

MUNICIPALISMO



O municipalismo parte da convicção de que é no território mais próximo das pessoas que melhor se identificam as necessidades, os desafios e também as oportunidades de cada comunidade.

Os municípios são a primeira linha de contacto entre cidadãos e poder público, desempenhando um papel insubstituível na qualidade dos serviços, na gestão do espaço urbano e rural, e na dinamização da vida económica, cultural e social. **Valorizar o poder local é, assim, reforçar a democracia e aproximar a decisão de quem vive diariamente as consequências dessa mesma decisão.**

Num tempo em que a centralização excessiva se revela ineficaz e distante, o municipalismo propõe uma gestão mais descentralizada, responsável e inovadora, capaz de promover soluções adaptadas a cada realidade local.

É no município que se constrói uma cidadania mais participada, um desenvolvimento mais equilibrado e uma governação mais transparente. **Reforçar a autonomia municipal é, por isso, um caminho fundamental para um país mais coeso, dinâmico e atento à diversidade dos seus territórios.**

Aproveitámos estas eleições para fazer uma primeira reflexão sobre o municipalismo. Esta não é um fim, mas um início de uma aposta num país descentralizado.

AUTARQUIA

Justiça

As autarquias não têm competências diretas no sistema judicial, mas podem e devem desempenhar um papel decisivo no acesso dos cidadãos à justiça. Muitas vezes, o que distancia a população dos tribunais não é apenas a lei, mas a burocracia e a falta de informação.

O PLS defende que os municípios devem investir em formação dos colaboradores dos seus **balcões de apoio aos munícipes, com informação sobre justiça e cidadania**, em colaboração com outras entidades da justiça, que orientem os cidadãos em matérias como registos, contratos, conflitos de consumo ou direitos sociais, assim como, **Julgados de Paz**, que ajudem na resolução de pequenos conflitos.

Uma justiça próxima, acessível e transparente é uma forma de garantir igualdade de oportunidades.

Segurança Interna

A segurança é um bem público essencial, mas a sua garantia não se esgota nas forças policiais do Estado. As autarquias têm responsabilidades crescentes na **prevenção da criminalidade**, na iluminação pública, na recuperação de espaços degradados e na integração social.

Uma visão liberal social valoriza a **cooperação entre municípios, polícias e sociedade civil**, com programas de policiamento de proximidade, investimento em espaço público seguro e apoio às associações locais que trabalham com jovens em risco. Segurança é, antes de mais, confiança comunitária.

Património

O património histórico e cultural é uma das maiores riquezas de cada município, mas muitas vezes está abandonado ou explorado de forma pouco sustentável.

O PLS defende que as autarquias devem gerir o património como **ativo estratégico de identidade e desenvolvimento económico**, promovendo parcerias com universidades, associações culturais e setor privado. A recuperação de edifícios históricos para fins culturais, educativos ou sociais deve ser parte da preservação e do dinamismo cultural.

Ordenamento do Território

O ordenamento do território é uma das competências mais sensíveis e politicamente exigentes das autarquias. Má gestão nesta área gera desigualdades, urbanização caótica e pressão ambiental.

A perspetiva liberal social defende um **planeamento transparente, participado e sustentável**, que concilie liberdade de iniciativa privada com regras claras de preservação ambiental e equilíbrio urbano. Defendemos planos diretores municipais simplificados e digitalizados, abertos ao escrutínio dos cidadãos, para que o território seja planeado de forma responsável e acessível.

Gestão Pública

As autarquias são o nível de administração mais próximo dos cidadãos e, por isso, devem ser um exemplo de **boa governação, eficiência e transparência**.

O PLS propõe que os municípios adotem modelos de gestão inspirados nas melhores práticas do setor privado e do setor social: avaliação de desempenho, formação, metas claras, prestação de contas e uso de tecnologias digitais para reduzir burocracia. O objetivo é simples: menos papéis, mais soluções para as pessoas.

Finanças Públicas

A saúde financeira das autarquias é um pilar da sua autonomia. Muitos municípios vivem endividados ou dependentes de transferências estatais, o que limita a sua capacidade de ação.

O PLS defende **orçamentos municipais equilibrados, regras claras de endividamento e auditorias independentes**, com divulgação pública acessível. A liberdade fiscal local deve andar de mãos dadas com responsabilidade na despesa, evitando que as futuras gerações paguem os erros de hoje.

Combate à Corrupção

A corrupção corrói a confiança dos cidadãos e distorce a economia local. Nas autarquias, o risco é elevado devido à proximidade entre política, contratos públicos e urbanismo.

A visão liberal social exige **tolerância zero à corrupção**, com mecanismos como a publicação em tempo real de todos os contratos municipais, concursos públicos totalmente digitais e canais de denúncia protegida. A transparência é a melhor arma contra o abuso de poder.

Proteção Civil

Portugal enfrenta riscos permanentes: incêndios, cheias, tempestades, sismos. As autarquias são a primeira linha de resposta nestas situações.

O PLS defende que os municípios invistam em **planos de proteção civil robustos e participados**, como os riscos e ações previstas, com formação regular para populações, escolas e empresas. A descentralização deve reforçar esta área, permitindo que cada território organize os seus meios de prevenção e resposta de forma adequada à sua realidade e em colaboração com as Entidades Intermunicipais.

Cibersegurança e Privacidade

As autarquias gerem dados sensíveis de milhares de cidadãos, e por isso devem estar na linha da frente da proteção digital, sendo que, muitas câmaras ainda operam com sistemas obsoletos e frágeis.

O PLS propõe que cada município tenha uma **estratégia de cibersegurança e proteção de dados**, aproveitando a escala colaborativa intermunicipal, ou até nacional, entre municípios, para criar sistemas de qualidade superior que ofereçam garantias de segurança, com auditores independentes, sistemas atualizados e formação dos funcionários. A confiança digital é hoje tão importante como a confiança física.

POLÍTICAS PÚBLICAS

Transportes

A mobilidade é um dos maiores desafios urbanos. O excesso de trânsito, falta de *hubs* de transporte com parques, a dependência do automóvel e a insuficiência de transportes públicos penalizam a qualidade de vida e a economia local.

O PLS defende um modelo de mobilidade **integrado, sustentável e acessível**, que combine transportes públicos de qualidade, soluções de mobilidade suave (bicicletas, trotinetes, passeios seguros) e inovação digital. Defendemos também uma forte **cooperação metropolitana**, para que Porto, Gaia e municípios vizinhos possam oferecer uma rede de mobilidade coordenada, reduzindo tempos de viagem e emissões de carbono.

Comunicações

O acesso universal a comunicações digitais é hoje tão essencial como a eletricidade ou a água. No entanto, ainda existem falhas na cobertura de internet de alta velocidade e na inclusão digital.

As autarquias podem ser agentes ativos, promovendo **zonas wi-fi públicas, literacia digital para todas as idades e parcerias com operadores privados** para garantir que ninguém fica excluído. Uma cidade conectada é uma cidade mais competitiva, mais justa e mais próxima dos cidadãos.

Energia

A transição energética não é apenas um desafio nacional, é também uma responsabilidade municipal. A eficiência energética dos edifícios públicos, a mobilidade elétrica e a promoção das energias renováveis locais são áreas em que os municípios têm poder de ação.

O PLS defende uma estratégia de **autossuficiência energética progressiva** para cada município, apostando na produção descentralizada (painéis solares em edifícios públicos e privados, microgeração comunitária), na modernização da iluminação pública e em políticas que incentivem empresas e famílias a reduzir o consumo energético.

Educação

Embora a gestão da educação esteja ainda muito centralizada, as autarquias desempenham um papel essencial na manutenção das escolas e no apoio aos alunos.

O PLS acredita que os municípios devem ser **parceiros ativos da comunidade educativa**, investindo em escolas modernas, abertas à comunidade e ligadas à inovação. Defendemos programas de apoio escolar articulados com associações locais, e a criação de **"laboratórios municipais de conhecimento"**, que promovam a ciência, a cultura e o empreendedorismo desde cedo.

Habitação

A crise da habitação é uma realidade cada vez mais sentida nas cidades portuguesas, com preços elevados e falta de oferta acessível.

O PLS defende que os municípios devem promover **políticas de habitação equilibradas**, que incluam reabilitação urbana, uso eficiente do património devoluto e incentivos à construção sustentável. Acreditamos que a autarquia deve atuar como facilitadora — reduzindo burocracia, promovendo parcerias com privados e garantindo uma rede social de apoio para famílias em situação vulnerável.

Saúde

O acesso à saúde depende sobretudo do Estado central, até uma eficaz descentralização, mas as autarquias podem desempenhar um papel essencial na **saúde de proximidade**.

O PLS defende que os municípios invistam em programas de **promoção da saúde e prevenção da doença**, desde a nutrição escolar à atividade física, passando pelo apoio à saúde mental. Também defendemos que as câmaras articulem com os centros de saúde e hospitais locais para melhorar acessibilidade, transporte e acompanhamento de doentes crónicos.

Ciência

A ciência e a inovação são motores de desenvolvimento económico e social, mas em Portugal ainda estão demasiado desligados do território e da comunidade.

O PLS propõe que as autarquias assumam um papel ativo na **valorização da ciência local**, aproveitando sinergias intermunicipais, apoiando parcerias entre universidades, centros de investigação, empresas e escolas. A criação de **polos de inovação municipal** pode transformar cidades e vilas em laboratórios vivos de soluções para problemas concretos, da mobilidade ao ambiente.

ECONOMIA E PRODUÇÃO

Economia do Mar

Portugal tem no mar um dos seus maiores recursos estratégicos, mas muitas vezes pouco aproveitado pelas autarquias costeiras. No Porto e em Gaia, o Atlântico é tanto um espaço económico como cultural.

O PLS defende que os municípios devem promover **economias costeiras dinâmicas e sustentáveis**, turismo marítimo responsável e parcerias com universidades para a inovação ligada ao mar. Queremos cidades viradas para o oceano, capazes de criar riqueza sem destruir o seu ecossistema.

Agricultura e Floresta

Mesmo em áreas urbanas, a agricultura e a gestão florestal desempenham um papel importante, seja no abastecimento alimentar, seja na preservação ambiental.

O PLS apoia a criação de **zonas agrícolas periurbanas e mercados locais**, incentivando circuitos curtos de produção e consumo. Defendemos também que os municípios sejam protagonistas na **prevenção de incêndios florestais**, articulando planos de proteção civil com proprietários, associações e voluntários.

Turismo

O turismo é uma fonte de riqueza fundamental, mas também pode gerar pressão sobre a habitação, o espaço público e a identidade cultural.

O PLS defende um **turismo de qualidade em vez de turismo massificado**, apostando na valorização cultural, gastronómica e ambiental. Queremos políticas municipais que promovam roteiros autênticos, distribuam fluxos turísticos e **integrem as comunidades locais como protagonistas do setor**.

Indústria

As cidades e vilas precisam de uma base produtiva diversificada para gerar emprego estável e inovação. Muitas vezes, a indústria é vista como algo ultrapassado, mas continua a ser essencial para o desenvolvimento.

O PLS propõe que os municípios criem **zonas industriais modernas e sustentáveis**, com boas acessibilidades, apoio à inovação e integração de tecnologias limpas. A ligação entre indústria, universidades e *startups* deve ser incentivada pelas autarquias e pelas entidades intermunicipais, criando ecossistemas de produção inteligentes.

Serviços

O setor dos serviços é hoje dominante nas economias urbanas.

O PLS acredita que os municípios podem promover **serviços de alto valor acrescentado**, apoiando a economia digital, os espaços de *coworking* e a atração de talento jovem. A autarquia deve ser um parceiro das empresas, simplificando licenciamentos e facilitando o empreendedorismo.

Recursos Naturais

A gestão dos recursos naturais — água, solos, energia local — é uma das responsabilidades centrais dos municípios. A exploração excessiva ou o desperdício compromete o futuro.

O PLS defende uma política de **uso responsável e sustentável dos recursos**, com planos municipais de eficiência hídrica, reaproveitamento de águas residuais, incentivos à economia circular e envolvimento dos cidadãos na preservação ambiental.

SOCIAL

Infância

O futuro de uma comunidade começa nas suas crianças. Infelizmente, ainda existem desigualdades significativas no acesso à educação, à saúde e a atividades de qualidade para os mais novos.

O PLS defende que os municípios devem ser **espaços amigos da infância**, dinamizando mercados de creches acessíveis, programas de apoio escolar e atividades culturais e desportivas. A autarquia deve trabalhar em parceria com famílias, escolas, empresas e associações, criando condições para que cada criança cresça com dignidade, segurança e oportunidades.

Terceira Idade

Portugal é um dos países mais envelhecidos da Europa, e muitas vezes a resposta às necessidades da população sénior é insuficiente.

O PLS acredita que os municípios devem investir em **políticas ativas de envelhecimento saudável**, que incluam centros de convívio, programas intergeracionais e serviços de apoio domiciliário. O objetivo é combater o isolamento social e valorizar a experiência de vida dos mais velhos, promovendo a sua participação ativa na comunidade.

Deficiência

As pessoas com deficiência enfrentam ainda barreiras físicas e sociais que limitam a sua plena participação. Muitas cidades não estão preparadas para garantir acessibilidade universal.

O PLS propõe que os municípios adotem um **plano municipal de acessibilidades**, assegurando acessibilidade em todos os edifícios e transportes públicos, promovendo emprego inclusivo em parceria com empresas locais e apoiando famílias cuidadoras. Uma cidade acessível é uma cidade mais livre e justa.

Apoio às Vítimas

Sejam vítimas de violência doméstica, de crime ou de acidentes, estas pessoas precisam de respostas rápidas, eficazes e humanas.

O PLS defende que os municípios devem disponibilizar **gabinetes de apoio às vítimas**, em cooperação com associações especializadas, assegurando apoio psicológico, jurídico e social. Uma comunidade que protege os mais vulneráveis reforça a confiança dos cidadãos na justiça e na democracia.

Pobreza

A pobreza continua a ser uma realidade em muitas cidades portuguesas, mesmo nas mais dinâmicas. Combater a exclusão social exige políticas integradas.

O PLS acredita em **políticas de combate à pobreza que reforcem a autonomia das pessoas**, em vez de perpetuarem a dependência. As autarquias devem apoiar programas de formação profissional, empreendedorismo local, acesso à habitação digna e integração comunitária. O objetivo é criar condições para que cada cidadão possa reconstruir a sua vida com dignidade.

ECOLOGIA

Sustentabilidade

As cidades do futuro têm de ser sustentáveis, capazes de crescer sem destruir os recursos de que dependem. Infelizmente, muitas autarquias ainda tratam a sustentabilidade como um slogan e não como uma prioridade.

O PLS defende que cada município adote políticas que busquem a **sustentabilidade**, com metas claras em áreas como mobilidade, eficiência energética, gestão de resíduos e proteção ambiental, em colaboração com o meio empresarial. A sustentabilidade é, para nós, um equilíbrio entre liberdade de iniciativa e responsabilidade coletiva perante as gerações futuras.

Natureza

O contacto com a natureza é essencial para o equilíbrio humano e para a qualidade de vida das comunidades. No entanto, em muitas cidades, os espaços verdes são insuficientes, malcuidados ou pouco integrados na vida urbana, reduzindo o acesso das pessoas ao lazer, à tranquilidade e à biodiversidade.

O PLS defende que a valorização da natureza deve ser uma prioridade municipal. Propomos a expansão e requalificação dos espaços verdes urbanos, a criação de parques, corredores ecológicos e hortas comunitárias, bem como projetos de reflorestação que combatam a poluição e as ilhas de calor. A autarquia deve gerir a natureza como parte integrante da cidade, promovendo a ligação das pessoas aos ecossistemas locais e incentivando a educação ambiental desde a infância.

Água

A água é um bem escasso e precioso, mas continua a ser desperdiçada em fugas, consumos excessivos e falta de reutilização.

O PLS defende políticas municipais de **eficiência hídrica**, incluindo a modernização das redes de abastecimento, a recolha de águas pluviais e o reaproveitamento de águas residuais tratadas. Uma gestão inteligente da água reduz custos, protege o ambiente e garante segurança para o futuro.

Mar

Portugal é um país atlântico e muitas autarquias têm ligação direta ao mar. Porém, esta riqueza é frequentemente mal gerida, sofrendo com poluição, sobrepesca ou especulação imobiliária costeira.

O PLS acredita que os municípios costeiros devem liderar a defesa do mar, promovendo **economias azuis sustentáveis** e políticas de preservação costeira. O mar é fonte de alimento, energia, lazer e identidade: deve ser tratado como um património comum a proteger.

Meio Ambiente

Os desafios ambientais vão além da sustentabilidade local: poluição atmosférica, resíduos, ruído, perda de biodiversidade. Os municípios são a linha da frente no combate a estes problemas.

O PLS defende que cada autarquia recolha dados **ambientais locais**, com dados públicos em tempo real sobre qualidade do ar, água e solo, e promova políticas de economia circular em parceria com empresas e cidadãos. Mais informação significa mais capacidade de agir.

Defesa dos Animais

Os animais são parte da comunidade e devem ser respeitados e protegidos. Maus-tratos e abandono continuam a ser uma realidade grave em Portugal.

O PLS propõe que os municípios invistam em **centros de recolha animal dignos, programas de esterilização e campanhas de adoção responsável**. Defendemos também que a educação para o respeito pelos animais seja promovida nas escolas e nas comunidades locais.

Comunidades Locais

A ecologia não se faz apenas de leis ou planos técnicos, mas sobretudo de pessoas. Sem a participação das comunidades, qualquer política ambiental perde eficácia.

O PLS acredita na **ecologia participativa**, em que associações, escolas e cidadãos colaboram com a autarquia na gestão de projetos de reciclagem, voluntariado ambiental ou proteção do território. Cuidar do ambiente é, acima de tudo, cuidar da comunidade.

BEM-ESTAR

Qualidade de Vida

A qualidade de vida não depende apenas de rendimento: depende também de espaço público seguro, ambiente saudável, cultura acessível e redes de apoio comunitário. Muitas cidades crescem sem planeamento humano, sacrificando o bem-estar diário.

O PLS defende que as autarquias coloquem a **qualidade de vida como objetivo central da governação municipal**, avaliando todas as políticas públicas em função do impacto que têm na vida concreta das pessoas. Uma cidade próspera é, antes de tudo, uma cidade habitável.

Saúde Mental

A saúde mental é um dos maiores desafios sociais do nosso tempo. O isolamento, a precariedade laboral e o stress urbano aumentam os problemas psicológicos, muitas vezes sem resposta adequada.

O PLS acredita que os municípios podem liderar uma **rede de apoio comunitário à saúde mental**, em parceria com escolas, IPSS e centros de saúde. Propomos programas de sensibilização, espaços de convívio intergeracional e gabinetes de apoio psicológico acessíveis a jovens e idosos. A proximidade local é fundamental para quebrar estigmas e oferecer ajuda atempada.

Espaço Público e Urbanismo

O espaço público é a sala de estar coletiva de uma comunidade. Quando mal gerido, gera insegurança, degradação e perda de identidade urbana.

O PLS propõe um **urbanismo participativo, transparente e sustentável**, que promova ruas seguras, praças vivas, acessibilidade universal e integração de mobilidade suave. A autarquia deve facilitar o diálogo entre cidadãos, técnicos e investidores, para que o espaço público seja um bem comum de qualidade.

Desporto

O desporto é mais do que competição: é saúde, inclusão e coesão social. No entanto, em muitos municípios, a prática desportiva continua limitada a quem pode pagar.

O PLS defende que os municípios criem **infraestruturas desportivas acessíveis e programas comunitários de atividade física**, em parceria com associações e clubes locais. O desporto deve ser incentivado em todas as idades, promovendo estilos de vida saudáveis e fortalecendo o espírito comunitário.

Seniores

A população sénior é muitas vezes vista apenas como dependente, quando na verdade é um pilar de experiência e transmissão cultural.

O PLS defende políticas municipais que promovam o **envelhecimento ativo**, com espaços de convívio, voluntariado sénior, formação digital e atividades culturais adaptadas. Valorizar os mais velhos é valorizar a memória e a continuidade da comunidade.

Cuidados Paliativos

O fim da vida é uma etapa inevitável, mas muitas vezes esquecida pelas políticas públicas. A falta de cuidados paliativos adequados gera sofrimento desnecessário para doentes e famílias.

O PLS propõe que os municípios apoiem a criação de **redes locais de cuidados paliativos**, em cooperação com entidades intermunicipais, hospitais, IPSS e voluntários.

SOCIEDADE

Liberdade Política

A democracia local só existe plenamente quando há liberdade política efetiva. Muitas vezes, as autarquias tornam-se espaços de hegemonia partidária e clientelismo.

O PLS defende um **municipalismo plural e transparente**, onde todas as forças políticas e movimentos cívicos possam participar sem bloqueios. Queremos assembleias municipais abertas à cidadania, transmissão digital de reuniões e escrutínio facilitado. A liberdade política é a base da confiança democrática.

Liberdade Social

Cada cidadão deve ser livre para viver a sua vida de acordo com as suas escolhas, desde que respeite a liberdade dos outros. Infelizmente, em muitas comunidades, persistem preconceitos e exclusões.

O PLS acredita que os municípios podem promover a **liberdade social através de políticas que chegam a todos os cidadãos**. Uma autarquia que respeita as diferenças cria uma comunidade mais forte e coesa.

Emigração

Milhares de portugueses continuam a procurar oportunidades fora do país, deixando comunidades envelhecidas e laços familiares frágeis.

O PLS defende que os municípios mantenham uma **ligação ativa às suas comunidades emigrantes**, promovendo redes de contacto, programas de investimento local e eventos culturais que reforcem a ligação às raízes. O município pode ser uma ponte entre quem ficou e quem partiu.

Imigração

O aumento da imigração é uma realidade nas grandes cidades, trazendo diversidade cultural, mas também desafios de integração.

O PLS acredita que as autarquias devem ser **espaços de acolhimento e inclusão**, apoiando o acesso dos imigrantes a serviços públicos, ensino da língua portuguesa e oportunidades de participação comunitária. Integrar é garantir coesão social e prevenir tensões futuras.

Associativismo

As associações locais são o coração da democracia participativa: culturais, desportivas, sociais, recreativas. Muitas vezes fazem mais com menos recursos do que o próprio Estado.

O PLS defende que os municípios apoiem o **associativismo com critérios claros e transparentes**, garantindo igualdade de acesso a apoios, mas também exigindo responsabilidade na gestão. Uma rede associativa forte é sinal de uma sociedade civil viva e autónoma.

Imprensa

A comunicação social local é essencial para a transparência democrática, mas enfrenta sérias dificuldades de sobrevivência.

O PLS acredita que os municípios devem promover a **liberdade e independência da imprensa local**, garantindo acesso à informação pública, mas recusando práticas de dependência financeira que comprometam a imparcialidade. Uma imprensa livre é uma autarquia saudável.

Cultura

A cultura é identidade, criatividade e economia. Mas demasiadas vezes as políticas culturais locais são elitistas ou descoordenadas.

O PLS defende uma **política cultural aberta e descentralizada**, que apoie tanto as grandes instituições como os pequenos grupos locais, e que leve a cultura a todos os bairros.

Juventude

Os jovens são o futuro das cidades, mas frequentemente não encontram espaço de participação e oportunidades.

O PLS propõe **conselhos municipais de juventude com poder real de influência**, programas de empreendedorismo jovem e espaços de convívio e inovação. Uma autarquia que escuta os jovens prepara-se para o futuro.

O PARTIDO LIBERAL SOCIAL

PLS

O PARTIDO LIBERAL SOCIAL

O Partido Liberal Social nasce da convicção profunda de que é possível aliar liberdade com dinamismo social, iniciativa individual com solidariedade coletiva, e progresso económico com sustentabilidade ecológica.

Esta visão não é apenas um ideal, mas sim uma prática concreta, vivida por sociedades europeias mais avançadas, as quais admiramos e com as quais partilhamos valores fundamentais.

Somos Liberais porque acreditamos profundamente na força, criatividade e liberdade individual de cada cidadão. O liberalismo que defendemos rejeita o autoritarismo em todas as suas formas, sejam estas provenientes da esquerda ou da direita, conservadoras ou progressistas. O nosso compromisso é com a liberdade plena de escolha e de expressão, sempre em respeito pela liberdade dos outros.

Somos Sociais porque entendemos que a verdadeira liberdade só é possível com igualdade de oportunidades. Acreditamos num sistema social eficaz, com elevada mobilidade social, que proteja aqueles que realmente precisam e garanta condições dignas a todos, sem cair no assistencialismo paternalista nem na expansão descontrolada do Estado. A nossa visão social promove uma rede de segurança responsável e sustentável que estabelece acordos entre a sociedade e o cidadão.

Somos Ecologistas porque acreditamos na preservação dos nossos ecossistemas como uma visão estratégica de desenvolvimento, assim como, uma responsabilidade perante as gerações futuras. A nossa política ecológica aposta na inovação, na ciência, na educação e numa consciência ecológica que envolva todas as comunidades.

Como partido, estruturamos a nossa ação política assente em três pilares essenciais: capital organizacional, capital humano e capital intelectual. Apostamos na eficiência e transparência internas, utilizando ferramentas digitais para dinamizar a participação dos nossos membros e simpatizantes, garantindo processos claros, éticos e transparentes.



Privilegiamos a formação contínua dos nossos membros através da nossa Academia de Formação e do nosso Centro de Estudos, promovendo a capacitação política, económica, social e ecológica. Queremos que cada membro seja não só um participante ativo, mas também um verdadeiro agente de mudança na sociedade portuguesa.

Praticamos uma política de proximidade, defendendo a descentralização como princípio fundamental, tanto dentro do partido como na gestão pública. Estamos comprometidos em trazer as decisões políticas para mais perto dos cidadãos, envolvendo as comunidades locais e regionais em processos participativos, transparentes e eficazes.

Somos reformistas porque acreditamos que Portugal precisa urgentemente de reformas estruturais. Queremos um Estado moderno, digital e desburocratizado, uma justiça independente e rápida, um sistema eleitoral próximo dos cidadãos, e uma economia aberta, competitiva e inovadora.



Somos europeus convictos e valorizamos profundamente as relações atlânticas. Apostamos numa política externa ativa, participativa e alinhada com as nossas alianças históricas e estratégicas, como a União Europeia, a NATO e a CPLP, sempre defendendo os interesses nacionais e contribuindo para um mundo mais pacífico e estável.

O Partido Liberal Social não é um partido de protesto. Somos um partido de soluções pragmáticas e de governação responsável. Apresentamo-nos aos portugueses como uma verdadeira alternativa ao bipartidarismo e ao estatismo enraizados na política nacional, oferecendo uma visão do futuro que desejamos construir juntos.



LIBERAL



SOCIAL



ECOLOGISTA

PORQUÊ O LIBERALISMO SOCIAL

Portugal encontra-se numa encruzilhada, confrontado com desafios económicos, sociais e ecológicos significativos. É precisamente nesta interseção que o Liberalismo Social oferece soluções mais eficazes e comprovadas.

O Liberalismo Social destaca-se como a ideologia capaz de responder às necessidades contemporâneas de Portugal. **Ao olhar para a realidade dos países mais desenvolvidos da Europa, como os Países Baixos, a Dinamarca ou a Suíça, é evidente que a combinação de liberdade económica e social com uma rede sólida de proteção social promove não só o crescimento económico sustentável, mas também altos níveis de bem-estar e coesão social.**

Estes países, que frequentemente lideram rankings mundiais de qualidade de vida, competitividade económica e felicidade, demonstram claramente que ser liberal não significa abdicar do social. Pelo contrário, os países mais liberais são precisamente aqueles que mais investem em políticas sociais, muitas vezes apresentando gastos sociais elevados em percentagem do PIB per capita, sem comprometer a eficiência económica nem a liberdade individual.

A nossa escolha pelo Liberalismo Social assenta na convicção de que a verdadeira liberdade individual é indissociável de um sistema social eficiente e sustentável. Este modelo assegura oportunidades iguais para todos os cidadãos, independentemente da sua origem ou condição social, promovendo uma sociedade dinâmica e inovadora, com elevada mobilidade social.

Acreditamos firmemente num mercado aberto, competitivo e livre, como motor fundamental para a criação de riqueza e emprego. Contudo, reconhecemos que só um Estado eficiente e transparente pode assegurar a igualdade de oportunidades e uma rede de segurança social justa e sustentável. É este equilíbrio que o Liberalismo Social propõe e que está na génese dos países europeus com maior sucesso social e económico.

A experiência internacional mostra-nos claramente que o aumento da despesa social não precisa de estar associado a uma expansão descontrolada do Estado, nem à perda de competitividade. Pelo contrário, a responsabilidade fiscal, a eficiência da gestão pública e a inovação nas políticas sociais são características distintivas das sociedades liberais sociais, que conjugam liberdade económica com solidariedade coletiva.

Optar pelo Liberalismo Social é optar por uma sociedade mais livre, mais justa e mais sustentável. É optar por um Estado que funciona ao serviço dos cidadãos, não como um fim em si mesmo, mas como um meio para garantir a dignidade humana, a igualdade de oportunidades e o progresso económico sustentável.

O Liberalismo Social oferece a Portugal a possibilidade real de mudar o estigma de décadas de estatismo e burocracia excessiva, ao mesmo tempo que promove um investimento eficaz e sustentável na dimensão social.

Chegou o momento de colocar Portugal no caminho certo. O Liberalismo Social não é apenas uma opção ideológica, mas uma solução prática e comprovada, capaz de responder aos desafios contemporâneos do nosso país.

Acreditamos profundamente que esta é a escolha mais acertada para garantir um futuro mais próspero, justo e livre para todos os portugueses.



AGENTES DE MUDANÇA

**PARTIDO
LIBERAL SOCIAL**

WWW.PARTIDOLIBERALSOCIAL.PT